

## CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABELV0.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

### OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodificil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2502074342M

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

1º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

TRT 10ª Região

**CARGO:**

Cargo 12 Analista Judiciário – Área Judiciária

**MODELO/BANCA:**

Cebraspe

**EDITAL:**

Pós-Edital

**DATA DE APLICAÇÃO:**

02/2025

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

02/2025

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

# TRT 10ª REGIÃO (DFTO) – 1º SIMULADO – CARGO 12 ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL) – 2502074342M

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Língua Portuguesa & Redação Oficial

Fidelis Almeida

1 A incerteza e a vulnerabilidade humanas são os alicerces de todo poder político: é desses acessórios gêmeos da condição humana, amplamente abominados, embora constantes, assim como do medo e da ansiedade que eles tendem a gerar, que o Estado moderno prometeu proteger seus súditos; e é sobretudo a partir dessa promessa que ele extrai sua razão de ser, assim como a obediência e o apoio eleitoral de seus cidadãos.

5 Numa sociedade moderna “normal”, a vulnerabilidade e a insegurança existencial, assim como a necessidade de viver e agir em condições de incerteza profunda e desesperadora, são garantidas pela exposição das ocupações da vida às forças do mercado, sabidamente voláteis e imprevisíveis. Com exceção da tarefa de criar e proteger as condições legais para o exercício das liberdades de mercado, não há necessidade de que o poder político contribua para a produção de incerteza e o consequente estado de insegurança existencial. Os caprichos do mercado são suficientes para erodir os alicerces da segurança existencial e manter pairando sobre a maioria dos membros da sociedade o espectro da degradação, humilhação e exclusão sociais.

10 Ao exigir de seus súditos obediência e observância à lei, o Estado pode basear sua legitimidade na promessa de reduzir a amplitude da vulnerabilidade e da fragilidade que caracterizam a atual condição de seus cidadãos: limitar os danos e prejuízos produzidos pelo livre jogo das forças do mercado, blindar os vulneráveis em relação aos infortúnios dolorosos e garantir os inseguros contra os riscos que a livre competição produz. Esse tipo de legitimação encontrou sua expressão máxima na autodefinição da moderna forma de governança como um “*État-providence*”, uma comunidade que toma para si mesma, para sua administração e seu gerenciamento, a obrigação e a promessa que costumavam ser atribuídas à divina Providência – proteger os fiéis das inclementes vicissitudes do destino, ajudá-los na ocorrência de infortúnios pessoais e prestar-lhes socorro em suas aflições.

BAUMAN, Z. & DONKIS, L. *Cegueira Moral*: a perda da sensibilidade na modernidade líquida. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. (com adaptações)

No que se refere às ideias e à organização discursiva do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Segundo o texto, caso o Estado moderno abdicasse de qualquer intervenção na economia, a exposição das atividades humanas à lógica do mercado resultaria na redução da vulnerabilidade e da insegurança existencial dos indivíduos.
- 2 De acordo com o autor, a fragilidade existencial dos indivíduos, em vez de representar apenas um problema social, constitui um elemento estruturante da própria lógica de funcionamento do poder político na modernidade.

- 3 A promessa de proteção feita pelo Estado moderno assegura a eliminação da incerteza e da insegurança, garantindo aos indivíduos uma existência estável e livre de riscos.
- 4 O texto pode ser classificado como predominantemente argumentativo, pois descreve as condições de incerteza e vulnerabilidade que fundamentam o poder político moderno.

Acerca dos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens subsequentes.

- 5 No último período do terceiro parágrafo, o termo “vicissitudes” equivale semanticamente a inconstâncias.
- 6 No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “que” (segunda ocorrência) funciona como um pronome relativo que retoma “ansiedade”.
- 7 No último período do segundo parágrafo, a oração “para erodir os alicerces da segurança existencial” expressa relação de finalidade.
- 8 No terceiro parágrafo, o sinal de dois-pontos e o travessão são empregados pela mesma razão.

Considerando o Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir.

- 9 A formalidade da redação oficial exige a adoção de um tom solene e rebuscado, garantindo que os documentos institucionais transmitam autoridade e prestígio.
- 10 A impessoalidade na redação oficial exige que a comunicação administrativa seja expressão exclusiva da vontade estatal, independentemente da identidade do emissor, do destinatário ou do agente responsável pelo ato.

## Noções Gerais de Direito

Carlos Elias

- 11 As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- 12 A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.
- 13 A lei é uma fonte material de direito.
- 14 Pela teoria do mínimo ético, a moral está dentro do direito.
- 15 A moral e o direito são marcados pela coercibilidade.

**Direito Constitucional**

Ricardo Blanco

Julgue o item.

- 16** Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

Julgue o item.

- 17** Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

Julgue o item.

- 18** Nas empresas com até cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Julgue o item.

- 19** São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

Julgue o item.

- 20** Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Julgue o item.

- 21** Para concorrer a outros cargos, o Presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até três meses antes do pleito.

Julgue o item.

- 22** São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de governador de estado ou território, do Distrito Federal, de prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Julgue o item.

- 23** É inconstitucional — à luz do dever estatal de proteção à saúde populacional (CF/1988, art. 196) — lei municipal que proíbe, em seu território, a vacinação compulsória e a respectiva imposição de restrições e sanções a pessoas não vacinadas, uma vez que desestimula a adesão à imunização e gera risco à saúde da coletividade.

Julgue o item.

- 24** É inconstitucional norma de Constituição estadual que estabelece limite etário para aposentadoria compulsória diverso do fixado pela Constituição Federal.

Julgue o item.

- 25** Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.

**Direito Administrativo**

Rafael de Oliveira

- 26** Com a modernização da administração pública, a descentralização dos serviços pode ocorrer não apenas por meio da criação de entidades da administração indireta, mas também por meio de parcerias público-privadas (PPPs) e concessões, ampliando a participação do setor privado na execução de serviços públicos.

- 27** As sociedades de economia mista possuem autonomia administrativa, financeira e patrimonial, mas estão sujeitas a controle estatal, inclusive no que diz respeito à transparência e à governança corporativa, conforme estabelecido na Lei das Estatais (Lei n. 13.303/2016).

- 28** Com a transformação digital, a Lei n. 14.129/2021, que trata do Governo Digital, incentiva a digitalização dos atos administrativos, não permitindo a produção de documentos eletrônicos assinados digitalmente, os quais possuem o mesmo valor jurídico dos documentos físicos assinados manualmente.

- 29** O uso de inteligência artificial (IA) pela administração pública deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade e eficiência, sendo vedada qualquer forma de decisão automatizada que afete direitos individuais sem possibilidade de revisão humana.

- 30** A Lei n. 8.112/1990 prevê penalidades disciplinares para servidores públicos, incluindo demissão por atos de improbidade administrativa, sendo que, após a reforma da Lei n. 8.429/1992, a improbidade passou a exigir a comprovação de dolo específico.

- 31** A Lei n. 14.133/2021 eliminou a modalidade de convite e implementou a obrigatoriedade do uso da licitação eletrônica como regra, buscando ampliar a competitividade e transparência nos processos licitatórios.

- 32** A Lei n. 9.784/1999, ao tratar do processo administrativo federal, passou a ser interpretada em conformidade com a Lei do Governo Digital, permitindo que processos administrativos sejam conduzidos inteiramente de forma digital, salvo exceções expressamente previstas.

- 33** Após a reforma da Lei n. 8.429/1992, a configuração do ato de improbidade administrativa exige dolo específico, afastando a possibilidade de punição baseada em culpa ou erro grosseiro na gestão pública.
- 34** Durante a pandemia da COVID-19, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a responsabilidade civil do Estado em relação às ações de combate à crise sanitária deveria ser analisada sob a ótica da razoabilidade e da imprevisibilidade, podendo excluir a responsabilidade estatal em determinadas situações excepcionais.
- 35** A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018) não impõe restrições ao tratamento de dados pessoais por órgãos públicos, sendo que, mesmo quando há interesse público envolvido, o titular dos dados deve ser informado sobre a finalidade e o tempo de retenção das informações coletadas.

## Noções de Direitos Humanos

Daniel Barbosa

- 36** De acordo com a Declaração Universal de Direitos Humanos, todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.
- 37** De acordo com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ninguém deve ser detido por dívida. Este princípio limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.
- 38** De acordo com a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, a expressão “discriminação racial” significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública.
- 39** De acordo com a Resolução n. 368/2023 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que instituiu o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho, possui como princípio, dentre outros, a primazia da abordagem corretiva e socioeducativa.
- 40** De acordo com a Convenção sobre os direitos da criança, considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, salvo quando, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja alcançada antes.

## Noções de Governança Pública

Rafael Barbosa

- 41** A Escola Científica, fundamentada nas ideias de Frederick Taylor, defende a organização racional do trabalho por meio da padronização dos métodos e da divisão de tarefas, visando a máxima eficiência e produtividade.
- 42** A estrutura linear caracteriza-se por uma hierarquia simples e centralizada, que facilita a clareza na comunicação e a disciplina, embora possa restringir a flexibilidade e a inovação.
- 43** A cultura organizacional, composta por valores, crenças e práticas compartilhadas, é transmitida aos novos colaboradores por meio do processo de socialização organizacional, que facilita sua integração ao ambiente de trabalho.
- 44** A integridade, como princípio da boa governança na gestão pública, exige que as ações governamentais sejam conduzidas com transparência, ética e responsabilidade, fortalecendo a confiança dos cidadãos nas instituições.
- 45** O planejamento estratégico é um processo contínuo e dinâmico que envolve a definição de objetivos de longo prazo, a análise do ambiente interno e externo e a formulação de estratégias para atingir as metas organizacionais, sendo fundamental para a adaptação às mudanças.
- 46** No processo organizacional, a função de direção se limita à imposição de ordens e à execução rigorosa de planos, não envolvendo aspectos de comunicação ou de motivação.
- 47** Na gestão de resultados na produção de serviços públicos, o estabelecimento de objetivos é um procedimento secundário que não influencia significativamente a qualidade dos serviços prestados.
- 48** Na gestão por processos, os fluxogramas são empregados unicamente para documentar as atividades, sem contribuir para a análise ou identificação de oportunidades de melhoria.
- 49** No ciclo de vida de um projeto, a fase de planejamento é dispensável, visto que os objetivos, cronogramas e recursos podem ser definidos durante a execução.
- 50** Na busca pela excelência nos serviços públicos, a liderança transformadora e a promoção de uma cultura da inovação são dispensáveis, pois a manutenção dos processos formalmente estabelecidos é suficiente para garantir a eficiência.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Direito Civil

Carlos Elias

- 51** Manoel e Patrícia são casados entre si, são domiciliados no Brasil e possuem dois filhos. Suponha que Manoel tenha constituído uma sociedade *offshore* nas Ilhas Virgens Britânicas em conjunto com sua esposa, de modo que cada um ficasse com 50% de quotas. No ato constitutivo da pessoa jurídica, eles pactuaram a cláusula *joint tenancy*, admitida naquele país e segundo a qual, com a morte de um dos sócios, automaticamente a sua quota se reverteria em favor do sócio sobrevivente, sem necessidade de qualquer inventário. Suponha que haja notícia de que, quando da constituição da *offshore*, o casal tenha transferido cerca de duzentos milhões de reais para a sociedade como integralização do capital social. Diante disso, julgue a seguinte assertiva.
- Sobrevindo a morte de Manoel e deixando este um patrimônio de um milhão de reais no Brasil, a lei brasileira disciplinará a sucessão *mortis causa*, inclusive em relação à quota da sociedade, de maneira que o juízo do inventário no Brasil deverá levar em conta as quotas da sociedade *offshore* que lhe pertencia em conjunto com os bens existentes no Brasil para que, ao final, a apuração da meação da viúva e o quinhão hereditário de cada herdeiro seja levada em conta. Isso porque o Brasil adotou o princípio da unicidade do juízo sucessório e, portanto, rejeitou o princípio da pluralidade de juízos sucessórios.
- 52** À luz do Código Civil, o empreendimento de economia solidária não é pessoa jurídica.
- 53** Patrícia vendeu um anel para sua vizinha Margarete, garantindo-lhe ser de ouro, mesmo sabendo que não era. Meses após a compra, Margarete percebeu que o anel começou a descascar, constatando assim que não era de ouro.
- Nesse caso, Margarete poderá pleitear a anulação do negócio jurídico com fundamento em erro.
- 54** A prescrição intercorrente observará a metade do prazo de prescrição da pretensão.
- 55** O ajuizamento de ação de curatela em face do autor da herança autoriza a deserção por testamento, mesmo que não tenha havido abuso de direito.
- 56** A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
- 57** Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda.
- 58** Os juros moratórios legais correspondem à taxa Selic.
- 59** A correção monetária deverá se dar pelo IGP-M, salvo pacto em contrário.

- 60** Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato.
- 61** O prazo decadencial para os direitos decorrentes de vício redibitório é de dois anos quando a coisa adquirida for imóvel.
- 62** Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- 63** Se o registrador de imóveis entender haver alguma exigência a ser satisfeita para que o título possa ser registrado, o registrador se recusará a registrar o título, e só caberá ao interessado o ajuizamento de eventual ação judicial caso discorde.
- 64** No caso de alteração da relação de filiação, é permitida a inclusão e exclusão de sobrenomes, independentemente de autorização judicial, inclusive para os descendentes, cônjuge ou companheiro da pessoa que teve seu estado alterado.
- 65** Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, e os contratos de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis.

### Direito Processual Civil

Lídia Marangon

- 66** Sobre as teorias da ação, o STJ adota a teoria da asserção.
- 67** Não se admite a intervenção como *amicus curiae* de instituição de caráter abrangente, composta exclusivamente por advogados, cujo interesse subjetivo guarda relação apenas com o julgamento favorável a uma das partes.
- 68** A prerrogativa de intimação pessoal conferida à Defensoria Pública se aplica aos núcleos de prática jurídica das faculdades de direito, públicas ou privadas.
- 69** É cabível agravo de instrumento contra decisão interlocutória que julga procedente, total ou parcialmente, a primeira fase da ação de exigir contas.
- 70** A interposição de um recurso inexistente não gera preclusão consumativa, sendo cabível a subsequente interposição do recurso previsto na legislação.
- 71** O enquadramento na faixa de isenção de imposto de renda deve ser utilizado como critério para o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

- 72** Em consonância com o princípio da cooperação processual, é indispensável ao reconhecimento da deserção que o juiz intime a parte para regularizar o preparo – especificando qual o equívoco deverá ser sanado.
- 73** Compete à Justiça do Trabalho julgar demanda ajuizada por motorista de aplicativo em face da empresa gestora de plataforma digital, tendo em vista a relação de natureza trabalhista existente entre as partes.
- 74** Para que a sentença estrangeira de divórcio consensual produza efeitos no Brasil, é necessária sua homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- 75** Na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal.
- 76** A interposição de embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça não tem o condão de interromper o prazo para interposição de recurso extraordinário por qualquer das partes.
- 77** A mera alegação por uma das partes da necessidade de intervenção da União, entidade autárquica ou empresa pública federal em uma demanda entre pessoas privadas em trâmite na Justiça Estadual é suficiente para que haja o deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- 78** É impenhorável o imóvel residencial caracterizado como bem de família em sua integralidade, impedindo sua alienação em hasta pública, salvo se se tratar de imóvel suscetível de divisão.
- 79** O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.
- 80** Dá-se a conexão entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- 81** O pagamento de adicional de periculosidade efetuado por mera liberalidade da empresa, de forma proporcional ao tempo de exposição ao risco ou em percentual inferior ao máximo legalmente previsto, não dispensa a realização da prova técnica.
- 82** Tratando-se de pedido de pagamento de diferenças salariais decorrentes da inobservância dos critérios de promoção estabelecidos em Plano de Cargos e Salários criado pela empresa, a prescrição aplicável é a parcial, pois a lesão é sucessiva e se renova mês a mês.
- 83** Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito à reintegração no emprego.
- 84** Assegura-se o direito à manutenção de plano de saúde ou de assistência médica oferecido pela empresa ao empregado, não obstante suspenso o contrato de trabalho em virtude de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez.
- 85** Convalidam-se os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da administração pública indireta, continua a existir após a sua privatização.
- 86** Considera-se em prontidão o empregado que, à distância e submetido a controle patronal por instrumentos telemáticos ou informatizados, permanecer em regime de plantão ou equivalente, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante o período de descanso.
- 87** As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção "*juris et de jure*", mas apenas "*juris tantum*".
- 88** Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- 89** Presume-se abusiva a transferência de empregados que exerçam cargo de confiança sem comprovação da necessidade do serviço.
- 90** A supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano completo de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.
- 91** Mesmo que preenchidos os requisitos do vínculo empregatício, não é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, em razão do cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.
- 92** Exaurido o período de estabilidade, são devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, não lhe sendo assegurada a reintegração no emprego.

## Direito do Trabalho

Fernanda Rocha

**Direito Processual do Trabalho**

Leandro Alencar

Acerca da competência material da Justiça do Trabalho, julgue o item a seguir.

- 93** Não compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

Julgue o item a seguir.

- 94** A Justiça do Trabalho não é competente para decidir quanto à homologação de acordo extrajudicial em matéria trabalhista.

Quanto à aplicação do CPC ao processo do trabalho, julgue o item.

- 95** Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do processo judiciário do trabalho.

Quanto às nulidades no processo do trabalho, julgue o item a seguir.

- 96** A nulidade não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato e quando arguida por quem lhe tiver dado causa.

Julgue o item a seguir.

- 97** O *Jus Postulandi* sofre limitações no processo do trabalho. No entanto, aplica-se aos casos de homologação de acordo extrajudicial.

No que diz respeito aos atos, termos e prazos processuais, julgue.

- 98** Os atos processuais serão públicos salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.

Quanto ao ato de penhora, julgue o item.

- 99** Fica vedado ao juiz do trabalho autorizar a realização de penhora em domingo ou feriado.

Acerca das custas no processo do trabalho, julgue o item a seguir.

- 100** No processo de conhecimento e no processo de execução as custas incidirão à base de 2% (dois por cento), observado o mínimo de R\$ 10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) e o máximo de quatro vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Julgue o item a seguir.

- 101** Da decisão interlocutória que acolher o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na fase de cognição, caberá recurso ordinário.

Julgue o item abaixo acerca do procedimento sumaríssimo.

- 102** Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo caberá recurso de revista nas hipóteses de contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou à súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal. No entanto, não se admite o referido recurso por contrariedade à Orientação Jurisprudencial do TST.

Sobre o valor probatório das anotações na CTPS do(a) empregado(a), julgue.

- 103** As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção "*juris et de jure*", mas apenas "*juris tantum*".

Julgue o item a seguir.

- 104** Elaborada a conta e tornada líquida a sentença, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de cinco dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

Acerca dos honorários advocatícios, julgue o item.

- 105** Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

**Direito Previdenciário**

Fernando Maciel

- 106** O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é um regime de filiação obrigatória, mas admite a filiação facultativa para aqueles que não exerçam atividade remunerada.

- 107** A aposentadoria especial no RGPS exige comprovação de exposição a agentes nocivos pelo período mínimo de 25 anos, sem necessidade de comprovação do tempo de contribuição.

- 108** A filiação ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é compulsória para servidores públicos titulares de cargo efetivo, independentemente da realização de contribuições previdenciárias.

- 109** O benefício de pensão por morte, no RGPS, será concedido aos dependentes do segurado falecido, ainda que ele não tenha cumprido o período de carência exigido para sua aposentadoria.

- 110** O salário-maternidade é um benefício pago exclusivamente às seguradas empregadas e avulsas, não se estendendo às seguradas facultativas.

- 111** Para fins de aposentadoria programada no RGPS, o tempo de contribuição exigido para segurados homens e mulheres é o mesmo, desde que comprovada a carência mínima de 15 anos.

- 112** No âmbito do RGPS, o benefício de auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado de baixa renda que esteja preso em regime fechado ou semiaberto, desde que ele não esteja recebendo remuneração de empresa ou benefício do INSS.
- 113** O segurado especial, como o trabalhador rural em regime de economia familiar, pode contribuir facultativamente para o RGPS a fim de obter benefícios previdenciários em valores superiores ao salário mínimo.
- 114** As entidades fechadas de previdência complementar são instituídas exclusivamente por empresas ou grupos de empresas, sendo vedada sua criação por entes públicos.
- 115** No RPPS, o tempo de contribuição prestado em cargo público pode ser contado para fins de aposentadoria no RGPS, desde que haja a respectiva compensação previdenciária entre os regimes.
- 116** O período de graça, que mantém a qualidade de segurado mesmo sem contribuições, varia conforme o tempo de contribuição anterior do segurado, podendo alcançar até 36 meses em determinados casos.
- 117** O fator previdenciário foi extinto para todas as modalidades de aposentadoria no RGPS, inclusive para segurados que optarem pela regra do pedágio prevista na EC n. 103/2019.
- 118** O salário-maternidade pode ser concedido a um homem segurado do RGPS que adote uma pessoa, independentemente da idade do adotado.
- 119** A aposentadoria compulsória do servidor público ocorre aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- 120** O segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que sofre um acidente de qualquer natureza e fica temporariamente incapacitado para o trabalho tem direito ao auxílio por incapacidade temporária, mesmo que não tenha cumprido a carência mínima exigida para o benefício.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO  
1º SIMULADO  
CARGO 12 ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA (PÓS-EDITAL)

FOLHA DE RESPOSTAS

Item 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10  
Respostas

Item 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20  
Respostas

Item 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30  
Respostas

Item 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40  
Respostas

Item 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50  
Respostas

Item 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60  
Respostas

Item 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70  
Respostas

Item 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80  
Respostas

Item 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90  
Respostas

Item 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100  
Respostas

Item 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110  
Respostas

Item 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120  
Respostas



## SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



### QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



### ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despensa nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



### MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



### A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!